

## **Devorando o sol: a *Revista de Antropofagia* como vanguarda das forças ctônicas**

Mestrando Felipe Augusto Vicari de Carli <sup>1</sup> (UFSC)

### **Resumo:**

*Contra a ascensão espiritual do homem que, ao ver a terra de cima, impõe-lhe fronteiras e nações e subjuga a terra à xenofobia genealógica, a vanguarda antropofágica propõe uma descida, a volta ao homem que “não desadriu à terra” (Raul Bopp) e que faz o “culto à estética instintiva da terra nova” (da Revista de Antropofagia). Assim, na batalha contra o sol espiritualizante, o olho diurno que tudo separa e tudo classifica – separando antes de tudo o homem da natureza -, o presente trabalho propõe, a partir da imagem de que “o horizonte reto/metodicamente/jantou/o sol” (“Julio Paternostro”), ler a Revista de Antropofagia como a vanguarda das forças ctônicas, matriarcais e antropofágicas, que, no lugar da política solar arrasa-terra, voltada para o progresso, absorve preguiçosamente o ambiente.*

**Palavras-chave:** Revista de Antropofagia, descida antropófoga, Matriarcado, terra

Hesíodo, o poeta em que, nas palavras de Oswald de Andrade, “se fixa a maldição do Gênese” (ANDRADE, 2011, p. 158), ou seja, a maldição do trabalho, é também o poeta que cantou, na Teogonia, a justiça da ordem olímpica, instaurada após a catastrófica titanomaquia que expulsou os Titãs para as profundezas subterrâneas do Tártaro. Excluídos do tempo ordenado (ou diríamos: administrado) de Zeus, cujo epíteto é a prudência, e rigorosamente vigiados no exílio, essas forças imortais foram senhores de um tempo reinado por Cronos de pensamento sinuoso. O reinado de Cronos é também nascido de uma revolução: a emasculação de Urano, fecundador de Gaia. Gaia e Urano, Terra e Céu, forças hierogâmicas e polares que prevalecem num universo informe, superabundante e cheio de vida (TORRANO, 2006), formam a imagem da pré-história. O ato violento de Cronos, por sua vez, dá início, no pensar sinuoso das etimologias que liga Cronos a *chrónos*, ao tempo histórico, concomitantemente à primeira repartição das honras e dos poderes divinos, ou seja, da propriedade. Por outro lado, o falo de Urano caído no mar faz nascer Afrodite, deusa regente do hetairismo primitivo, no esquema de Bachofen, e as temíveis Erínias, deusas telúricas, protetoras da fertilidade, mas responsáveis por vingar o crime de sangue, sobretudo o matricídio, crime contra a terra, a mãe de amplo seio. São, portanto, responsáveis por manter o equilíbrio do jogo entre a astúcia da inteligência de Cronos e o antigo instinto fecundador de Afrodite. Dirá a respeito delas Heráclito: “O Sol não sobrepujará seus limites, se o fizer, as Erínias, guardiãs da Justiça, o perseguirão”.

Contra essa justiça, instaura-se aquela civilizatória da altiva ordem olímpica, na qual, tal como dramatizado por Ésquilo na terceira tragédia da Orestéia, as terríveis Erínias se convertem nas Eumênides domésticas e civilizadas. É a ordem da disciplina, em que prevalecem Atena, deusa nascida, sem mãe, da cabeça de Zeus – a mesma deusa que se horrorizou com o furor antropofágico

---

### **1 Autor**

**Felipe Augusto VICARI DE CARLI, mestrando**  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
vicaridecarli@yahoo.com.br

de Tideu, que devorava o cérebro de seu adversário (OTTO, 2005) -, e de Apolo, deus solar, instalado em solo pobre, Delos, para receber tributos. Apolo é também o deus patrono da paternidade espiritual, ou seja, da adoção, ligação filial depurada da materialidade e sanguinidade maternas, base do patriarcado, da genealogia e da imortalidade familiar pela herança (BACHOFEN, 1992). Libertado dos laços materiais e das vicissitudes do mundo físico, em incessante devir, o homem se vê apto finalmente a alçar voos espirituais rumo ao ser, que exigirá a conformação do espaço segundo um ideal - o sol se libertou dos limites da justiça telúrica enquanto as Erínias foram condenadas a serem deusas do lar. A *diké* civilizatória da nova ordem divina e solar, com seu *nómos*, performará também a geografia grega que separará o espaço selvagem, *agrós*, do espaço da *pólis*, e localizará o mais cruel (*agriótata*) de todos os costumes, a androfagia, nos confins do mundo conhecido (Heródoto, História, IV, 106), atribuída a um povo sem justiça e sem leis - o que ecoará, no século XVI, no sem fé, nem lei, nem rei com que Gândavo caracterizará o selvagem brasileiro.

Num dos primeiros manifestos ecológicos do século XX, a conferência de 1913 *Homem e Terra*, de Ludwig Klages, lê-se que os três grandes slogans do século, o progresso, a cultura e a personalidade - que ainda podem ser vistos como os do século em que vivemos - não devem nos enganar: não passam, sobretudo o progresso, de uma vontade de poder cujo método deve ser desmascarado “como uma brincadeira doente, destrutiva, ao fazer uso de pretextos tais como a 'necessidade', o 'desenvolvimento econômico' e a 'cultura', o objetivo final do progresso não é nada menos do que a destruição da vida”. Em outros termos, é seu objetivo silenciar “a canção primordial da paisagem” (KLAGES, 2013). Klages desenvolve essa oposição entre o progresso e a vida como o da aquela entre espírito e alma, sendo esta uma força biocêntrica e ressonante com as imagens do entorno, e, aquela, uma força logocêntrica e destrutiva do mundo. Inspirado em Bachofen e em Nietzsche, é também em termos de uma vitória das forças solares sobre as forças ctônicas que se dramatiza essa civilização negadora do mundo:

Nos mitos de quase todos os povos encontramos batalhas sangrentas nas eras pré-históricas entre heróis solares que procuram instalar uma nova ordem e os poderes 'ctônicos' do destino, que são finalmente banidos num mundo subterrâneo sem luz. [...] Essa [...] reorganização, com a qual a história começa, é sempre e em todo lugar a mesma: sobre a alma eleva-se o espírito, sobre o sonho reina uma vigilante racionalidade, sobre a vida, que devém e que passa, estabelece-se a atividade finalista. (KLAGES, 2013).

Encontramos também nos mitos fundadores da racionalidade essa disputa entre o ctônico e o solar, as trevas e a luz, em que se procura o triunfo de uma vontade depuradora da religião, da poesia e da cidade. Colaciono, por exemplo, a postulação de um deus imóvel e sem imagem, apenas racionalmente concebível, por Xenófanes de Cólofon, e a viagem do poema de Parmênides, em cujo proêmio o poeta é tirado da morada da Noite e conduzido pela deusa e pelas filhas do Sol para a luz, separando os dois caminhos do conhecimento, o da verdade e do ser, correspondente ao dia, e o da opinião e da aparência, correspondente à noite. Detenho-me, por fim, no mais conhecido desses mitos, o mito platônico da caverna, em que se narra a irrupção do homem teórico cuja vontade deve corrigir a vida (NIETZSCHE, 2007). No Livro VII da República, Platão dramatiza a saída do filósofo das entranhas da terra, a caverna, rumo à luz solar, num caminho ascendente que dará forma à dialética tal como ele postula, refutação purgativa e cada vez mais abstrata das hipóteses em favor da verdade e da ideia. A metafísica da República, aquela que compara o sol, cuja luz permite distinguir as coisas, isto é, dar-lhes limites e fronteiras, à ideia do Bem, não esconde seu desprezo pela vida e pelo devir. Perguntará Sócrates a Glauco: “Acreditas que um homem dotado de elevação de pensamento e a quem é dado contemplar todos os tempos e todos os seres, possa encarar a vida humana como algo de grande?” (GUINSBURG, 2006, p. 226); pouco depois dirá que “o verdadeiro amigo da ciência se esforça naturalmente rumo ao ser e não se detém na multidão das coisas particulares” (*Ibid.*; p. 233). A vida e a multiplicidade das coisas são definidas, nessa metafísica, em termos de baixeza; e olhar para baixo, para o mundo do devir, é reatar nos cativos as

amarras “que se desenvolvem sob a forma de festins, de prazeres e apetites do gênero” (*Ibid.*, 270-271), contra que se deve guardar a sempre vigilante ascensão do homem teórico.

Contra essa **subida filosófica**, culminada no messianismo cristão, na arte de bom gosto, e nos Estados nacionais que engendram a servidão e a obediência (as depurações, respectivamente, da religião, da poesia e da cidade), a *Revista de Antropofagia*, que circulou em duas “dentições” entre 1928 e 1929, proporá, logo no primeiro número, a **descida antropófaga**, em texto de Oswaldo Costa. Trata-se da volta ao homem natural, contra a beleza canônica e o servilismo colonial, contra a catequese e a cultura, a gramática e os códigos; contra, enfim, a busca filosófica transcendental do homem fora do homem (COSTA, 1928). Também o *Manifesto Antropófago* de Oswald, no mesmo número, se coloca contra a ascensão do espírito (que não se concebe sem o corpo), as sublimações antagônicas da dialética e o mundo de ideias objetivadas e cadaverizadas (ANDRADE, 1928). A *Revista de Antropofagia* anuncia, assim, a reabilitação de um mundo perdido na impostura civilizada, tanto mais incongruente quanto aplicada num país colonial em que vigora um direito sonâmbulo. A descida se revela, em última análise, a recuperação de um substrato ctônico mantido exilado sob rigorosa vigilância espiritual dos governos e dos sacerdotes.

Neste particular, é preciso notar que a ascensão do mito da caverna **também** contempla um momento de descida, uma sorte de **descida filosófica**. Lembremos que o propósito da *República* de Platão é o da concepção de uma cidade ideal organizada em função do justo e da ideia do bem. A cidade é espelho do seu governante, e será justa se governada por aquele em cuja alma tripartite prevalece a parte racional sobre as partes apetitiva e irascível, sendo por isso a tripartição da alma também uma cartografia. Portanto, a esses filósofos que souberam da verdade incumbe “depois que hajam se elevado e suficientemente contemplado o bem, [...] [evitar] permanecer lá no alto, [evitar que se recusem] a descer de novo ao meio dos cativos [da caverna], e a partilhar com eles labores e honrarias, seja qual for a importância que se lhes deva atribuir” (GUINSBURG, 2006, p. 271). A descida filosófica é uma descida administrativa e hierarquizante, cuja tarefa é a de unir os cidadãos, pela persuasão ou pela coerção, em torno do projeto comum, idealmente concebido. Assim, a metafísica da *República* é uma questão de soberania, da posse, no sentido de posse do cargo de um mandatário político, da ideia do bem, cuja imagem, o sol, a define como aquilo que, lançando luz sobre as coisas, permite a distinção e a separação entre o certo e o errado, o pertinente e o impertinente, a participação na ideia e o simulacro. Entra em jogo, dessa forma, a monumental máquina separadora do progresso, que põe em marcha a conversão, no espaço, da paisagem, devoradora das individualidades, em cenário, função espacial da ação de uma *persona* no tempo. “Os filósofos – diz Bataille -, sendo os mestres de cerimônia do universo abstrato, indicaram como o espaço deve se comportar em toda a circunstância” (BATAILLE, 1970; p. 227); tornados governantes, precisaram garantir, pelo muro e pelas fronteiras, pela xenofobia e pela escravidão, a realidade correspondente. A terra, sob esse paradigma, é administrada sob a lei e a exceção do campo, do agronegócio ao campo de concentração; de seu útero brota, como um falo consagrado às forças urânicas da medida abstrata, dos metros e dos hectares, a cerca; o santuário torna-se o sagrado – a propriedade; e o horizonte é aplainado pelo sempre dignificante trabalho - escravo.

O sol sobrepujou seus limites, mas se nos faltam Erínias, a *Revista de Antropofagia* previa uma nova forma de vingança: a catástrofe. Assinado por Julio Paternostro, um pequeno poema em letras garrafais, intitulado *Comidas*, aparece no primeiro número da 2ª dentição da revista com os seguintes versos:

O HORIZONTE RETO  
METODICAMENTE  
JANTOU  
O SOL  
(PATERNOSTRO, 1928)

A imagem formada pelo poema condensa tudo o que se disse até aqui. A disposição de *Comidas* em um quadro destacado, com letras em caixa alta muito maiores do que as dos demais textos, toma a forma de um anúncio, ou de um prenúncio, que a coluna *bérro*, do número 6 da 2ª denteição, explica. Trata-se de uma opção entre a catástrofe ou o futuro. Cito: “Se um cataclisma telúrico não nos der cabo no costado, por força da destinação histórico-cósmica, seremos em um futuro próximo um povo eminente” (PEREZ, 1929). Assinado, além disso, por um nome significativo, invoca-se na autoria, a um só tempo, Júlio César, o cristianismo e o patriarcado. Invoca-se, ao fim e ao cabo, a Roma imperial dos sonhos de Bachofen, que a elegeu como modelo da superioridade do espírito paterno – aquela mesma Roma a que, n'A *crise da filosofia messiânica*, Oswald de Andrade se refere como a maior concentração proletária do mundo antigo, que por isso mesmo deu ensejo ao triunfo do messianismo cristão. A terra, submetida ao estado de horizonte reto por essas forças imperiais e solares, devolve a destruição metódica contra si mesma, aos olhos daquele nome espiritual. Como se as forças ctônicas exiladas retornassem contra o eterno dia luminoso do espírito para lembrar-lhe o ocaso catastrófico em que deverá ser devorado, opondo aos nossos mestres de cerimônia do universo abstrato a baixeza do estômago e da fome.

E, além de tudo, o ocaso em que o sol é devorado é também uma imagem da *descida*. Forma, nesse sentido, o contraponto perfeito ao mito platônico fundador da metafísica ocidental racionalista. “Contra a razão pura, a vida”, dirá Oswaldo Costa (COSTA, 1929). “O Ocidente se envenenou do preconceito racionalista. E só agora, quando tudo estava perdido, foi que compreendeu o erro. Ele chegou aos limites da razão, sem freios, derrapando. Para aí perceber que se enganara e voltar em marcha ré para a vida, quando isso não é mais possível” (*Ibid.*). Como o anjo da história de Benjamin em que se figura o progresso como acúmulo de catástrofes, a emancipação do sol de sua relação polar com a terra avança irresistivelmente para domar e reprimir a vida. Por isso a figura do índio na *Revista* adquire tamanho relevo: não o índio sublimado no nacional do *Manifesto Nhengaçu Verde-Amarelo*, mas o índio de tacape e sua justiça do pau, o índio antropófago, que come o cristão que lhe tenta impor o primado espiritual (ou, como diz Oswaldo Costa, “a canoa furada da Prima do Espiritual”); o índio que não desadriu da terra, e que, contra aquela ideia abstrata do bem que não passa de uma luta pelo poder, opõe-lhe o critério biológico, biocêntrico, de julgamento: “Todo nosso julgamento obedece ao critério biológico. A adjetivação antropofágica é apenas o desenvolvimento da constatação do que é favorável e do que é desfavorável ao homem biologicamente considerado.” (FREUDERICO, 1929). Está aí toda a metafísica dum Cunhambebe dizendo-se onça e comendo homem porque... é gostoso. Em termos semelhantes, Oswald de Andrade, no *Esquema a Tristão de Athayde* (ANDRADE, 1928a), cita as seguintes palavras de Bernard Shaw: “Está mais próximo do homem natural quem come caviar com gosto de que quem se abstem de álcool por princípio”; “Japy Mirim”, no *De Antropofagia* do 2º número da 2ª denteição, zomba também dos altos princípios espirituais: “Pão temos. Liberdade queremos, não a paz. Queremos a liberdade para comer a paz. Cum pão” (JAPY MIRIM, 1929a). O índio, além disso, também se opõe aos diversos preconceitos racionalistas, notavelmente os sexuais – como veremos a seguir com o comentário que Raul Bopp faz do gênese indígena. Por isso a frequente zombaria com a família, cuja obsessão pela honra vê em tudo, e especialmente na mulher, as faces do pecado.

O que nos traz novamente ao *Manifesto Antropófago*. Nele, a série de inúmeros contras termina “[c]ontra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud – a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama”. O motivo do matriarcado não será ainda na *Revista* bastante explorado, mas, ao lermos textos como *O antropófago* e *A crise da filosofia messiânica*, ambos de Oswald, a cultura antropofágica que ele opõe à cultura messiânica se desenvolve como uma oposição histórica e geográfica entre o matriarcado e o patriarcado. Nesse ponto, a leitura de Johann Jakob Bachofen é fulcral para o pensamento de Oswald. Na linha do tempo de Bachofen, a história segue o curso, em sua visão evolutivo, do matriarcado primitivo ao patriarcado da era cristã e do Estado ocidental, desenvolvendo-se sob a forma de um enfrentamento agônico entre o princípio feminino e o

princípio masculino. Temos assim um período de absoluta primazia do princípio feminino, o da promiscuidade primitiva governada por Afrodite, tempo de união ilimitada e de ligação com a multiplicidade da matéria sempre em devir; em segundo lugar, o período do matrimônio de Deméter, em que a filiação ainda é ligada pela materialidade do cordão umbilical, e o princípio masculino, fálico e fertilizante, de Dioniso, está ainda submetido à ginecocracia e ao corpo; e finalmente o advento da filiação de direito paterno em linha reta, a paternidade apolínea, espiritual e legal em que o pai adota seu filho como sucessor, e na qual a mãe é considerada mera matriz material da geração. O triunfo do princípio masculino que não se polariza mais com o feminino é, assim, o triunfo da civilização sobre a natureza – e está na origem dos complexos sexuais que assolam a vida dos “maridos suspeitosos postos em drama” e das mulheres que devem se portar como mães virginais. Como Klages, seu leitor, Bachofen também equaciona essa relação agônica entre os princípios feminino e masculino em termos de uma luta entre o telúrico ou ctônico e o urânico ou solar. Assim, em Oswald, e na *Revista de Antropofagia* em geral, a evocação do matriarcado é também uma evocação da terra, uma convocação das forças ctônicas reprimidas na civilização em seu duplo aspecto – para lembrarmos da oposição antes evocada entre paisagem e cenário - de *encenação*: realidade social vestida, que se aplica à cultura ocidental em geral, e macaqueação do europeu, que se aplica ao arremedo civilizatório da elite no Brasil. Essa macaqueação é o tema explorado pela série de cinco textos que aparece, sob o título de *Moquém*, dos números 4 ao 8 da 2ª denteição da *Revista*, assinados por *Tamandaré*, seguramente Oswaldo Costa. Tamandaré não poupa ninguém, especialmente os modernistas, de quem diz:

Nenhum problema brasileiro resolveram a Semana de Arte Moderna e correntes derivativas. Continuamos, ainda depois, escravos do Ocidente, escravos do catolicismo, escravos da cultura européa caindo de pôdre. Quando o moderno se voltou para o brasileiro foi para estilizar-o, para deformat-o, como fizeram, no outro seculo, com o indio, Dias & Alencar. A nossa historia continuou a ser escrita com as patranhas dos padres, “paty maranduba”. A nossa poesia se libertou de uns para escorregar noutros preconceitos. Ao envez de poesia essencial, o que temos [...] é poesia de acidentes, de ornatos, de detalhes, de efeitos. Pensamento novo nao creamos. Continuou o pensamento velho de importação. Comido pela bróca do Ocidente. O grande erro dos modernistas foi esse. A preocupação estetica exclusiva. A nenhuma percepção – por absoluta incapacidade critica talvez – do conflicto que separa, entre nós, as camadas profundas da nacionalidade da casca grossa que a envolve coberta de bichos e bolôr. Eles não compreenderam que tudo era preciso vir abaixo. A falsa arte. A falsa istoria. A falsa religião. A falsa moral. Que o sentido estético da vida, como lhes ensinou o sr. Graça Aranha e eles acreditaram, não corresponde a nenhuma necessidade humana, num nhambiquara como mesmo num europeu super-degenerado pela civilização. Não compreenderam as cruzadas, as guerras, as lutas economicas. Logicamente, não compreenderam o aventureiro e o bandeirante. Não atinaram com as dolorosas consequências da “conquista espiritual” da nação tupy. Aceitaram uma porção de fórmulas idiotas: que isto é civilização, que aquilo é progresso. [...] eles acreditavam no progresso continuo da humanidade. [...] É essa a psicologia dos fracassados. (TAMANDARÉ, 1929).

Assim é que o chamado da terra que a *Revista de Antropofagia* propõe ouvir promove a “A reação da paisagem contra o tempo [...] Da sensação espontânea contra a moral, a disciplina, o sistema.”(SEM AUTOR, 1929). A antropofagia é definida como “[a] absorção do ambiente” (Ibid.), ambiente este definido não em sistemas métricos gerais e universalmente válidos, mas no sistema métrico antropofágico, imanente, o sistema do alcance do berro e da pedrada. Tal sistema métrico não se arroga a condição universalmente válida da medida abstrata; não se presta, assim, ao disciplinamento do espaço por títulos cartorários, da terra desaderida à terra. Fazer tudo vir abaixo, como diz Tamandaré, é também derrubar muros e fronteiras na aventura exogâmica do homem antropofágico: derrubar o muro, pedaço de terra destacado e consagrado ao sistema legal urânico, é, justamente, *devolver terra à terra*, à sua própria imanência. Assim também é a religião

antropofágica, carnal, instintual, terreal – “Deus é um fenômeno local. Varia conforme o clima” (JAPY-MIRIM, 1929b). O sol, na descida antropofágica, volta ao estado de imanência em sua relação polar com a terra, aquela relação pré-histórica, cheia de vida, da hierogamia entre Gaia e Urano, entre as trevas ctônicas e a luz fecundante. Como no mito do *Yperungaua* que Raul Bopp comenta. Trata-se do que chama de “livro do gênese indígena”. No mito que traz à baila, o sol, junto com a Cobra Grande, é que está presente no momento primordial, imemorial, “ultra-bíblico”. Tendo parido uma filha, a Cobra Grande arranja-lhe um noivo. Realizada a festa de núpcias, em que comparecem os animais, a filha recusa-se a deitar com o esposo, porque ainda não havia a noite, que estava escondida dentro de um caroço de tucumã. A Cobra Grande mandou então buscá-la, à noite que, ao ter-se partido o caroço, estourou e escureceu tudo. A noite foi feita para o amor, para a união. Mas o sol indígena não fugiu de seus limites, não chegou à negação dialética das trevas cavernosas que engendrou o pecado, o crime e a censura. Pelo contrário, manteve-se em relação imanente com a terra, ao ter fecundado a Cobra Grande: “Heliospermia. Sól-pae. Sol queimando os rios. Cozinhando a terra jovem. (Terra encantada e bravía onde morava a Cobra Grande)”. E Raul Bopp continua:

Esta página é de um alto relevo psicológico.

Mostra o homem umbigado à terra. Movimentando a idéia religiosa dentro de sua geografia. Dentro da totalidade que o rodeia.

Nos livros mosaicos logo apareceu o pecado, com codigos de proibição.

Mal o homem tinha gozado um poco veio o castigo. Ordem de despejo. A expulsão. Um anjo com espada saca-rolha acordando os inquilinos do paraizo.

Entre nós não ha disto. O homem não desaderiu à terra. Seu pensamento religioso foi construído com material humano. Dentro de uma linha biologica. Sem o sentimento de terror. Sem codigos de obediencia.

Musculou a ideia de origem com a impaciencia dos sexos.

Por isso o Genesis coincidiu com a hora do amor. (BOPP, 1929)

## Excurso

O amor com cuja hora o gênese indígena do *Yperungaua* coincidiu nos remete ao Eros primordial de Hesíodo, o amor coetâneo de Gaia e do Tártaro, todos nascidos do Caos. A geração dos deuses na Teogonia se dá por duas formas: cissiparidade, pela qual Urano nasceu da Terra e o Dia da Noite, e união sexual, ou, na fórmula hesiódica, a mistura em eros. Encontramos ecos dessa cosmologia na filosofia de Empédocles, para quem o cosmos se forma da separação e da mistura dos elementos, que interagem entre si por ódio e repulsa ou por amor e atração. Num capítulo do ensaio sobre os símbolos mortuários da Antiguidade, chamado *O Santo e o Sagrado*, Bachofen alude aos princípios feminino e masculino como, de um lado, o princípio do substrato sensual, material e abundante, imóvel e conservativo, e, do outro, o princípio cinético, enérgico, de força e dominação. Ao princípio feminino corresponde o *sanctum*, *hierós* em grego, que nos dá o santuário e o santuarista de que nós, ambientalistas, somos acusados. O santuário é protegido pelas forças ctônicas, sua santidade é inerente ao substrato material e por isso depende de uma conexão fundamental com o útero materno da terra. Já o *sacrum*, o *hósion* grego, pertence ao reino luminoso, solar e masculino, e depende da ideia de propriedade, consagrada a uma divindade ativa por um ato legal do homem. Entre essa dicotomia do santo e do sagrado, o muro sustenta uma posição especial: nasce do útero da terra como um filho seu, mas separando-se dele, elevando-se em honra às

divindades altivas. A metáfora fálica é inevitável: acordar muros de seu sono terreal, como diz Platão nas *Leis*, é, em latim, *excitare muros* – o princípio masculino acorda para a luz do dia. A imobilidade do muro circunscreve a instância do sagrado, a propriedade, limita e inequivoca a terra, com letra minúscula, da Terra com letra maiúscula (.

No curso das comunicações apresentadas no presente simpósio, ficou claro que o que uniu boa parte dos que estamos aqui foi Belo Monte. A barragem também é um muro nascido da mãe de amplo seio, feita não só para barrar o princípio masculino fecundante do rio como para inundar a terra, numa mistura sem eros que não produz senão uma desoladora esterilidade. E energia elétrica, para o eterno dia luminoso que nos evita as trevas. Ao ler o mito tupi amazônico da origem da noite em termos semelhantes ao do *Yperungaua* de Bopp, Lévi-Strauss também sublinha o fato de que a noite foi feita para o amor, para a união. O Cobra Grande era o imenso pênis que escondia a noite num caroço de tucumã para evitar a fértil união; sua função é disjuntora dos sexos no dia imperioso em que todas as coisas falavam e eram, portanto, culturais. Estéreis, as mulheres eram assim relegadas à natureza fora do mundo sagrado e socializado. Belo Monte é a reconstituição desse falo cioso e masturbatório, hiperculturalizante, do dia que não se alterna com a noite, que não se engendra nela.

Eis a encenação da civilização. Lembremos que *skhené*, a cena em grego, também era um muro, aquele que ficava ao fundo do tablado no anfiteatro. A reação da paisagem invade e sabota o cenário, põe abaixo a quarta parede do espetáculo; a terra vingativa, com suas Erínias, tudo pulveriza; afogada pela barragem, devolve-nos o deserto num cataclisma telúrico, empoeirando os salões que obsessivamente lutávamos por limpar de tudo de que esta orgulhosa raça humana buscava se separar.

## Referências Bibliográficas

*Nota: pesquisamos a Revista de Antropofagia a partir da re-edição fac-similar publicada pela Editora Abril em 1975, com introdução de Augusto de Campos (Revista de antropofagia. São Paulo: Abril, 1975). Não obstante, preferimos nos remeter individualmente aos textos publicados na Revista, para facilitar a localização do leitor, que pode lê-la online em digitalização promovida pela Biblioteca Brasileira, mantida pela Universidade de São Paulo (<http://brasiliansa.usp.br>).*

ANDRADE, Oswald de. Esquema a Tristão de Athayde. In: **Revista de antropofagia**, 1ª denteição, n. 5, set 1928.

\_\_\_\_\_. Manifesto antropofago. In: **Revista de antropofagia**. São Paulo, ano 1, n.1, 8pp., mai 1928b, pp. 3 e 7.

\_\_\_\_\_. Novas dimensões da poesia. In: IDEM. **Estética e política**. Org. Maria Eugenia Boaventura. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: globo, 2011.

BACHOFEN, Johann Jakob. **Myth, Religion, and Mother Right**: selected writings of J.J.Bachofen. Trad.: Ralph Manheim. Princeton: Princeton University Press, 1992.

BATAILLE, Georges. L'espace. In: **Oeuvres complètes I**: premiers écrits 1922-1940. Paris: Galimard, 1970.

BOPP, Raul. yperungaua. In: **Revista de Antropofagia**. São Paulo, 2ª denteição, n. 5, 1p., 14 mai 1929.

COSTA, Oswaldo. A “descida” antropófaga. In: **Revista de antropofagia**. São Paulo, ano 1, n.1, 8pp., mai 1928, p. 8.

\_\_\_\_\_. De antropofagia. In: **Revista de Antropofagia**, São Paulo, 2ª denteição, n. 9, 15 mai 1929.

- FREUDERICO. De antropofagia. In: **Revista de Antropofagia**, São Paulo, 2ª denteição, n. 1, 17 mar 1929.
- GUINSBURG, Jaime (org. e trad.). **A República de Platão**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- JAPY MIRIM. De Antropofagia. In: **Revista de Antropofagia**, São Paulo, 2ª denteição, n. 2, 24 mar 1929a.
- \_\_\_\_\_. Guerra. In: **Revista de Antropofagia**, São Paulo, 2ª denteição, n. 4, 7 abr 1929b.
- KLAGES, Ludwig. **Man and Earth**. Disponível em <<http://goo.gl/CR0AR7>>. Acesso em mai 2013.
- NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia**, ou helenismo e pessimismo. Trad.: J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- OTTO, Walter Friedrich. **Os deuses gregos**: a imagem do divino na visão do espírito grego. Trad.: Ordep Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2005.
- PATERNOSTRO, Júlio. Comidas. In: **Revista de Antropofagia**. São Paulo, 2ª denteição, n. 1, 1p., 17 mai 1929.
- PEREZ, Isaac. bérro. In: **Revista de Antropofagia**. São Paulo, 2ª denteição, n. 6, 1p., 24 abr 1929.
- SEM AUTOR. De antropofagia: algumas notas sobre o que já se tem escrito em torno da nova descida antropofagica na nossa literatura. In: **Revista de Antropofagia**. São Paulo, 2ª denteição, n. 4, 1p., 7 abr 1929.
- TAMANDARÉ, Moquem: II – Hors d'oeuvre. In: **Revista de Antropofagia**. São Paulo, 2ª denteição, n. 5, 14 mai 1929.
- TORRANO, Jaa. O mundo como função das musas. In: Hesíodo. **Teogonia: a origem dos deuses**. Trad.: Jaa Torrano. 6 ed. São Paulo: Iluminuras, 2006.